

O DISCURSO SOBRE A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA A MULHER NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Karla Lopes Rodrigues¹

NEAD/UEMS

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a violência simbólica exercida contra as mulheres no espaço escolar. A violência simbólica contra a mulher faz parte do processo de reprodução da estrutura de dominação simbólica masculina, instituída pelo modelo de sociedade patriarcal brasileira que mesmo depois de séculos insiste em manter sua perpetuação nas instituições sociais, sobretudo nas instituições de ensino. A escola, após anos de luta, passou a ser considerada um ambiente feminino, em virtude de a mulher ter assumido o papel de “mãe” educadora responsável pela educação da nação. Todavia, vale destacar que isso só acontece por uma necessidade social de mudanças, assim a mulher assume o seu papel na educação. Apesar disso a violência simbólica direcionada ao sujeito feminino sempre esteve presente dentro das instituições de ensino, contudo nem sempre foi observada. O ensino faz parte de uma instituição social que tem por objetivo educar os sujeitos para manterem a ordem social vigente. Desse modo, o patriarcado se perpetua trazendo consigo discursos movidos pelo poder simbólico, dessa forma a violência simbólica aparece como produto da manifestação de poder do sujeito homem em relação ao sujeito mulher. As mulheres são constantemente alvo de agressões verbais, humilhações, abusos morais e psicológicos que partem de todos os lados, entretanto tais atos são recorrentemente naturalizados pelos agressores, e, muitas vezes, também pelas próprias vítimas, pois, ambos nem sempre conseguem identificar a manifestação da violência simbólica. Por tudo isso para compreender melhor o assunto desenvolvemos este trabalho com base nos estudos de Bourdieu sobre a dominação masculina, o poder e a violência simbólica, entre outros autores.

PALAVRAS-CHAVE: Instituição de ensino. Violência. Dominação Simbólica. Mulher. Educação.

Introdução

Atualmente, presenciamos, pelos veículos de informação, situações em que mulheres são agredidas dentro e fora do ambiente familiar, vemos notícias de que mulheres são vítimas de violências de diferentes tipos e intensidade. Desse modo a violência contra a mulher se perpetua na sociedade, sobretudo em lugares onde deveriam ser exercidas relações de respeito e confiança entre os sujeitos.

¹ Graduada em Pedagogia pela UNAES Anhanguera, Especialista em Educação especial e Gestão Escolar pela NOVOESTE. Mestranda em Letras pela Universidade Estadual de MS.

Historicamente as mulheres sempre lutaram por respeito e espaço na sociedade, pois tudo para uma mulher parecia proibido e pecado, estando a figura feminina ligada ao sagrado seio familiar, por isso qualquer ideia de liberdade parecia profana. Dessa forma, essa cultura teve consequências significativas para a trajetória das mulheres, impactando seu modo de vida.

Pensar o modo como a sociedade se organizou, enquanto família, atrelado aos conceitos público e privado, é refletir de que forma eles contribuem para que se tenha uma assimetria de costumes entre homens e mulheres dentro dos laços familiares e sociais (Biroli; Miguel, 2014, p. 31).

Dessa maneira foi construída a ideia de que o lar devia ser o lugar da mulher, cabendo a ela todas as tarefas domésticas, reforçando o discurso de que o espaço público é responsabilidade do homem e o espaço privado reservado a mulher no que “referente a questões pessoais e/ou familiares – como responsabilidade da mulher” (Biroli; Miguel, 2014, p. 12).

Nesse contexto, a violência simbólica contra as mulheres acompanha a história de formação da sociedade, pois as mulheres sempre sofreram humilhações por serem consideradas inferiores em relação aos homens. À vista disso, por estar em posição de inferioridade a mulher teve seus direitos fundamentais negados, tais como: educação, políticos, saúde, entre outros.

Desse modo, além da violência física, a mulher também está à mercê da violência simbólica que se manifesta silenciosamente em diversos cenários da sociedade, até mesmo, por meio da internet, pois fica escondida por trás de perfis de redes sociais, sem possibilidade de punição. Para Recuero (2013) a rede social é um dos ambientes mais propício a manifestações de violência.

Diante disso, mulheres que postam fotos e são comunicativas nas redes sociais, que têm algum tipo de vaidade evidenciada, seja com o corpo, ou quaisquer tipos de cuidados pessoais consigo mesma, conseqüentemente, são chamadas de fáceis, oferecidas, fúteis, entre tantos outros rótulos pejorativos desprezíveis.

Conforme Fernandes (2020) embora a sociedade tenha o discurso de educar as meninas para serem femininas, sensuais, estarem sempre bonitas e bem apresentáveis, o que definitivamente é interessante ao mercado capitalista que lança novidades da moda em diversos ramos.

Ao mesmo tempo, as meninas são desencorajadas a usar o que determina o mundo da moda por causa do olhar masculino para o qual, nesse caso, determinados tipos de roupa, maquiagem, postura ou atitude, podem parecer vulgares, chamativos ou provocativos aos instintos sexuais masculinos (2020, p.46).

Sobre isso Bourdieu confirma dizendo que

à dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (esse) é um ser-percebido (percipi), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo e para o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis (2011, p. 82).

Nesse sentido, ressaltamos que mesmo no século XXI ainda vivemos numa sociedade androcêntrica, isto é, comparado à mulher, o homem ainda é considerado figura mais importante. Com isso, o sujeito mulher continua sofrendo violências sutis e invisíveis que foram incorporadas ao longo do tempo por meio de discursos depreciativos que tratam o corpo da mulher como aparato comercial.

Por tudo isso, e por considerar que as instituições de ensino são extremamente importantes para a formação do cidadão, visto que a escola é um meio de reprodução dos comportamentos sociais e, conseqüentemente, violências simbólicas, pois sofre influência de outras instituições sociais, buscamos compreender de que forma o espaço de ensino contribui com a reprodução do discurso de violência simbólica imposta contra a mulher no ambiente escolar.

A sociedade atual se encontra estigmatizada pela violência em suas diversas camadas, sobretudo violência contra a figura feminina, o que mostra a necessidade de analisar os discursos sociais proferidos dentro das instituições de ensino, a fim de

demonstrar a sociedade que a violência simbólica não se trata de um problema unilateral, mas, sim, de um problema que causa impactos negativos em toda a sociedade. Portanto, a violência simbólica contra a mulher precisa ser tratada como um problema de estrutura social.

Manifestações Da Violência Simbólica Contra As Mulheres

Para iniciar a discussão é preciso entender o que é violência simbólica. Para Bourdieu (1996, p. 16), podemos entender por violência simbólica aquilo “que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconscientes de a exercer ou a sofrer”. Portanto, violência simbólica é um tipo de violência ‘invisível’, resultado de uma dominação na qual o dominado se torna cúmplice, mesmo sem perceber, assim como o autor nem sempre percebe que comete violência.

Como podemos perceber, pelo que a história nos conta, a violência simbólica sempre fez parte da realidade das mulheres desde a colonização e a formação do povo brasileiro, as mulheres sempre sofreram com o preconceito e as humilhações, bem como com as condições de inferioridade, sendo, inclusive, negada a ela a cidadania. Às mulheres há muito tempo foram negados direitos fundamentais como educação, saúde, direitos políticos, entre outros.

De acordo com Okin (2008), os homens são vistos como responsáveis sobre a esfera da vida econômica e política, enquanto as mulheres são vistas como responsáveis pela esfera privada da domesticidade e reprodução. Assim, há séculos, mulheres têm sido com naturalidade consideradas “inadequadas à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família” (2008, p. 308).

A história conta que, quando a mulher foi aceita como profissional do magistério no Brasil, foi de acordo com o pressuposto de que para ensinar as crianças era necessário ser cuidadora e ter instinto maternal, seguindo a característica de mães e mulheres do lar. Apesar disso, mulheres eram consideradas despreparadas para exercer o magistério, por esse motivo só ensinavam na primeira infância e eram responsáveis pela educação das meninas, inferiorizadas elas recebiam salários inferiores em relação aos professores, homens. Em conformidade com Duarte:

[...] A exigência da igreja de que só professoras poderiam ensinar as meninas terminou por abrir uma oportunidade profissional à mulher, ao mesmo tempo em que permitia o início de mais uma forma de exploração: senão vejamos: como não havia professoras habilitadas para o magistério, as que ensinavam sabiam pouco e ignoravam qualquer metodologia, repetindo provavelmente, o sistema lencasteriano, em que cada uma transmitia o pouco que sabia. E como eram mal preparadas e só ensinavam no curso primário, recebiam remuneração inferior à dos seus colegas do sexo masculino, embora exercessem a mesma função (2010, p. 23-24).

Dessa forma, a condição feminina tem sido desfavorecida, pois com a naturalidade da condição doméstica da mulher e a valorização da família em “detrimento da esfera privada, a autenticidade e a liberdade feminina passam a ser menosprezadas, a tal ponto que possibilita a dominação masculina” (Biroli e Miguel, 2014, p.32).

Segundo Bourdieu (2012, p. 46 e 47), os dominados se colocam em categorias construídas do ponto de vista dos dominantes, assim as relações de dominação são vistas como naturais. Nesse contexto, a mulher vista como parte do domínio patriarcal sem perceber tenta se encaixar aos padrões impostos a ela na sociedade.

De acordo com Althusser, a cultura escolar é uma "cultura em segundo grau", que consiste em transmitir a uma determinada quantidade de indivíduos a "arte de se ligar" às coisas da cultura como meio de aceitação das normas e dos valores socialmente dominantes (Althusser 1976, p. 51). Dessa forma, a escola cumpre sua função cultural de manter a cultura dominante, contribuindo com a reprodução social, ou seja, o que é imposto pela classe dominante permanece como está a fim de reproduzir novos dominados, bem como novos dominantes.

Diante do exposto, colocamos a condição da mulher dentro de uma instituição de ensino, visto que a escola faz parte da esfera pública e historicamente a esfera pública é considerada de domínio masculino. De acordo com Biroli e Quintela (2020), homens e mulheres formam dois grupos sociais que vivem uma relação que envolve antagonismo, dominação e exploração, assim como resistências e negociações. Por sua vez, essa relação constitui a divisão sexual do trabalho, atribuindo funções adequadas ao homem e a mulher.

A vista disso, a forma social do trabalho se divide em virtude das relações sociais entre os sexos, organizado de acordo com os “princípios da separação e da hierarquização em diferentes dimensões da vida”. (Biroli e Quintela, 2020).

Ademais, podemos dizer que todas as instituições sociais, seja ela família, ensino, religiosa, política ou governamental, são dotadas de poder e, por esse motivo, exercem a violência simbólica, determinando ao sujeito o que ele deve pensar, fazer e até mesmo crer. Isso configura o ato de imposição do dominador sobre o dominado de modo que ele mesmo nem percebe o que está acontecendo.

Nesse sentido, as instituições sociais possuem o seu papel de manter as posições dos sujeitos, assim como acontece com a escola que embora pareça um ambiente feminino pela quantidade de mulheres trabalhando, não representa a realidade, pois no espaço escolar ainda hoje surgem discursos que perpetuam a dominação masculina na sociedade.

Para Gadotti “o educador mede-se pelo grau de consciência crítica que tiver” (1995, p. 87), assim ele fortalece a ideologia de acordo com aquilo que recebeu como educação e que para si próprio faz sentido. Entretanto, é importante destacar que a maior parte dos educadores, ainda hoje, mesmo inconscientemente, fortalecem a ideologia dos grupos dominantes na diminuição social e política das mulheres. Se fosse contrário, já teríamos avanços mais significativos em relação a representatividade feminina no Brasil, por exemplo.

Nesse mesmo pensamento Gadotti relata que “o educador consciente de sua ação pedagógica procura educar-se educando, aprender ensinando. Sem renunciar ao risco de indicar o caminho” (1995, p. 87), isto é, o professor precisa ter coragem de assumir o risco de ensinar aos estudantes o caminho a fim de desconstruir paradigmas que fortalecem a desigualdade e o preconceito.

Comparando o que a história nos apresenta com o que vemos atualmente, percebemos que ainda hoje o machismo tem tratado as mulheres como inferiores em relação aos homens. Se observarmos a história da professora e escritora Nísia Floresta, escrita por Constância Lima Duarte (2010), os comentários publicados em jornais sobre a luta de Nísia pelo direito a educação das mulheres foram maldosos e imbuídos de violência simbólica.

o Jornal O Mercantil, de 02 de janeiro de 1847, fez o seguinte comentário acerca dos exames finais em que várias alunas haviam sido premiadas com distinção: “trabalhos de línguas não faltaram; os de agulha ficaram no escuro. Os maridos precisam de mulher que trabalhe mais e fale menos” (Duarte 2010, p.17).

Diante do que foi exposto, percebemos que mesmo no século XXI as coisas não são tão diferentes e, talvez estejam piores, embora a mulher tenha conquistado muitos direitos. Atualmente, temos ferramentas tecnológicas que muitas vezes são utilizadas para exposição de discursos maldosos e depreciativos relacionados a figura feminina.

De acordo com Maia (2024), a Assembleia Legislativa debate um Projeto de Lei que estabelece diretrizes para a capacitação de profissionais da segurança pública em relação à violência contra a mulher no ambiente virtual. O projeto visa ao reconhecimento da violência de gênero como resultado da opressão histórica das mulheres, o combate a diversas formas de crimes virtuais como pornografia de vingança e perseguição online, entre outras.

Vale a pena ressaltar que o que circula na sociedade reflete nas instituições de ensino, sobretudo dentro da sala de aula e isso requer medidas educativas que propiciem o debate e a reflexão sobre a violência de gênero que ocorre dentro e fora dos muros da escola.

De acordo com Fernandes (2020), apesar de muitas conquistas, as mulheres brasileiras, na vida pública, ainda estão sob o jugo da dominação androcêntrica, pois até 1932 elas sequer tinham direito ao voto. As mulheres por anos foram excluídas da participação política e dos cargos públicos, inclusive concursados. Dessarte, de acordo com Fernandes:

Cabe, ainda, a reflexão sobre o fato de o gênero ser culturalmente construído, o que determina os papéis masculinos e femininos. Dessa forma, o poder em uma sociedade androcêntrica é dos homens dentro e fora de casa. Assim, o exercício do poder é negado às mulheres, mesmo tendo uma legislação a seu favor, o que vale é a violência invisível de lhe ser negado esse direito (2020, p.39).

Na vida profissional, política e social com as mulheres nunca foi fácil, pois há séculos a mulher tem lutado para garantir o seu espaço, no entanto em muitas profissões existe uma enorme desvalorização salarial voltado ao público feminino. Mulheres ainda ganham menos do que homens exercendo as mesmas funções profissionais e se desdobram para cuidar da casa e da educação dos filhos. Além de tudo isso, encaram de frente discursos movidos pelo poder simbólico carregados de preconceito que se concretiza por meio da violência simbólica.

De acordo com Bourdieu (1989, p. 7 e 8), "o poder simbólico e seu efeito de poder invisível que pode ser exercido por meio daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo os que o exercem". Dessarte, podemos dizer que a violência simbólica está presente onde há o exercício do poder simbólico.

Dessa forma, a violência simbólica se faz presente no espaço escolar, pois é um local de manifestação do poder simbólico. Assim, é uma crescente realidade no Brasil e aparece diante dos variados acontecimentos discursivos movidos por razões ideológicas.

Ressaltamos que a mulher sofre violência em todas as instituições sociais, pois o comando quase sempre é masculinizado e naturalizado, portanto, nas instituições de ensino a situação não é diferente, pois segue o mesmo modelo de comando patriarcal. Desse modo, o papel de uma professora dentro da escola ainda envolve comparação materna, pela sua docilidade e instinto de cuidado e proteção.

Em concordância com Louro: "as professoras são compreendidas como mães espirituais - cada aluno ou aluna deve ser percebido como seu próprio filho ou filha" (1998, p. 97), isto é, as professoras se limitam dentro da sala de aula e por esse motivo, muitas vezes ficam excluídas do comando da escola.

Por tudo isso a mulher sem perceber acaba se tornando refém da dominação masculina e mesmo que ela tente driblar tal situação para se manter firme nos espaços públicos, enfrenta uma resistência que não aceita sua permanência na esfera pública. Assim, a resistência masculina insiste com discursos machistas empurrar a figura feminina de volta a esfera privada.

A cerca disso, surgem discursos com efeitos de sentido que fortalecem a violência simbólica de gênero. Destarte, os efeitos de sentido estão associados não somente ao

modo como se diz, mas também a uma ideologia que constitui o sujeito e o sentido (Orlandi, 2015).

Para melhor compreender o discurso de violência simbólica, na escola. Devemos analisar os sentidos e as “palavras”, pois elas refletem diferentes sentidos dependendo da “posição que o sujeito” está inserido (Pêcheux, 1995, p.160-164). Posto isso os enunciados se apresentam carregados de discursos históricos e ideológicos e, a partir disso surgem as manifestações de preconceito contra a mulher, pois há uma relação de imposição ideológica do dominador sobre o dominado.

Dessa forma, temos a violência simbólica, "violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento" (Bourdieu, 2012. p. 08).

A violência simbólica aparece como o início de todo tipo de violência, silenciosamente, chega sem que a vítima perceba e vai ganhando o seu espaço até trazer como consequência danos terríveis a vida de uma mulher. A respeito disso, vemos que ainda hoje o machismo tem tratado mulheres como seres inferiores que teimam estar em lugares que supostamente não deviam estar e utilizam todos os artifícios possíveis para afastar a mulher dos espaços que supostamente seriam adequados aos homens.

Em conformidade com Bourdieu (2012) tanto a violência quanto a dominação simbólica de gênero são persistentes porque se inscrevem nos *habitus* masculinos e femininos produzidos pelas estruturas de dominação, ou seja, a dominação masculina é aprendida pelo homem e absorvida pela mulher inconscientemente. Diante disso o autor diz que:

[...]é totalmente ilusório crer que a violência simbólica pode ser vencida apenas com as armas da consciência e da vontade, é porque os efeitos e as condições de sua eficácia estão duradouramente inscritas no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições (aptidões, inclinações). (Bourdieu, 2012.p.51).

Há séculos a sociedade reservou a mulher lugares inferiores como o espaço da casa cuidando dos filhos e do lar. Já o homem, historicamente, foi destinado a conquistar espaços públicos, enquanto a mulher manteve-se guardada em privacidade. Nesse

sentido, o homem é a imagem de poder e modelo exímio das relações sociais, enquanto a mulher se mantém submissa na esfera privada.

A dominação masculina, durante anos, manteve-se plena podendo ser vista em diversos âmbitos sociais, deixando clara a desigualdade de gênero, não permitindo a mulher nem mesmo o domínio de seu próprio corpo. Como mencionado por Luís Felipe Miguel e Flavia Biroli, “onde há desigualdades que atendem a padrões de gênero, ficam definidas também as posições relativas de mulheres e de homens, ainda que o gênero não o faça isoladamente, mas numa vinculação significativa com classe, raça e sexualidade” (Biroli e Miguel, 2014, p. 7).

A figura do homem social foi construída como forte, viril, macho e inflexível, enquanto a mulher é doce, fraca, delicada e flexível. "O discurso predominante sobre os modos de ser masculino e feminino é, pois, construído com a intenção de subordinar a mulher e desvalorizar a esfera do feminino"(Santos, 2010. p.60). Numa visão de herança social o patriarcado sempre atribuiu o trabalho doméstico às mulheres como uma tarefa já naturalizada.

A sociedade, sempre, atribuiu à mulher funções próprias do domínio privado como a educação dos filhos e os cuidados com a casa, o que permitiu ao homem o envolvimento com política e assuntos econômicos do domínio público, a mulher o papel de dona de casa frágil, sensível e desprovida de intelectualidade, àquela que supostamente precisaria de proteção a vida toda, ou seja, “o domínio do homem sobre a mulher, disfarçando-o sob a capa de proteção” (Rocha-Coutinho, 1994, p.152).

Assim, para total desgosto do Machismo Patriarcal, a teoria política do feminismo trouxe consigo a possibilidade de desenvolvimento do pensamento crítico sobre as relações criadas e mantidas pelas instituições vigentes, mudando a compreensão dos conceitos de justiça, democracia, autonomia e identidade.

Com isso, conseqüentemente, surgiram as críticas sobre a divisão dos espaços frequentados por homens e mulheres, bem como questionamentos sobre a falta de representatividade feminina nas diferentes esferas do poder, o que fez com que a mulher passasse a questionar cada vez mais sobre o seu papel na sociedade, a fim de encontrar mecanismos para combater a exclusão feminina e a falta de reconhecimento das mulheres como cidadãs.

Apesar dos avanços, ainda hoje vivemos em uma sociedade androcêntrica, as mulheres nunca deixaram de sofrer a violência sutil e invisível, pelo contrário, houve aumento exacerbado por meio das mídias, prova disso é que o corpo da mulher serve como aparato para o comércio, além das piadas e comentários desrespeitosos nas redes sociais.

Iniciamos um novo século com ares de Idade Média, tal o ódio que se espalha por grupos fascistas e fundamentalistas e às mulheres, que apesar de muitas conquistas, são alvos da insanidade e do machismo, desde parlamentares..., juízes, promotores e até de mulheres religiosas, o que conduz a um retrocesso no que fora conquistado' (Fernandes, 2020.p.13).

Segundo Bourdieu (2012), a dominação masculina é histórica e culturalmente construída, sendo, portanto, estruturada e estruturante da sociedade. A dominação é manifestada por meio de imposições às mulheres das normas masculinas, como: o modo de andar, falar, comportar se, os espaços (privado para as mulheres e público para os homens).

Tal comportamento tem origem desde o início da civilização na divisão sexual do trabalho, situação que fez com que muitas mulheres adotassem tanto comportamento como discurso machista em sua trajetória de vida, fortalecendo ainda mais uma sociedade que insiste em não favorecer mulheres.

Para Bourdieu (2012) a dominação masculina está diretamente ligada ao poder simbólico, em que há uma relação entre o dominante e o dominado, no entanto o indivíduo dominado não percebe que está sob o domínio de alguém. Assim, o poder simbólico por consequência gera a violência simbólica que se apresenta de forma silenciosa, e a vítima não percebe que está sofrendo violência, assim como acontece com as mulheres que, ao rirem de piadas machistas e depreciativas sem perceber que estão sendo agredidas, acabam corroborando com o agressor na imposição da violência.

Atualmente, mesmo sem admitir a mulher ainda é considerada um ser inferior ao homem, vista apenas como mãe, responsável pela educação dos filhos e cuidadora do lar, sendo negados os seus direitos a uma vida social, profissional e política, principalmente que traga satisfação de conquista por méritos próprios.

Todavia, as manifestações machistas, nem sempre ocorrem de maneira explícita, pois são consideradas transgressões aos direitos das mulheres que podem chegar ao âmbito jurídico. No entanto, tais manifestações machistas acontecem de maneira sutis, discretas e camufladas, o que, sem dúvida, não causa dano menor na vida de uma mulher.

É o tipo de machismo denominado por Marina Catañeda (2006) “Machismo Invisível”, ou seja, aquele comportamento inocente visto no dia a dia como algo natural, um, exemplo é quando os homens interrompem a fala de uma mulher, na tentativa de silenciar sua presença. O “Machismo Invisível” está presente em diversos ambientes da sociedade, inclusive na educação, pois em reuniões pedagógicas, dentro da escola, por vezes, mulheres tem a fala atravessada pela fala de um homem, entretanto esse comportamento nem sempre é observado, tampouco repreendido.

O comportamento machista invisível se faz presente, principalmente em ambientes de trabalho. Embora, na educação não haja diferença salarial entre homens e mulheres há práticas machistas que naturalizam o assédio moral e até mesmo sexual no ambiente de trabalho. Sobre o ambiente de trabalho Miguel e Biroli destacam:

O ambiente de trabalho para as mulheres, quase sempre, pode ser hostil, estando elas mais expostas a pressões, constrangimentos, assédios morais e sexuais. A existência dos estereótipos de fraqueza de uma mulher apenas pela condição de seu sexo biológico expõe o sexismo presente nas relações de trabalho e poder, fazendo com que, independentemente da hierarquia de ocupações, a experiência laboral de uma mulher seja mais penosa e sacrificante (Biroli e Miguel, 2014, p.11).

Em uma entrevista² a professora Rosangela Monteiro relata que sofreu assédio sexual dentro da escola partindo de um colega professor que falou de suas pernas, segundo ela depois disso ficou constrangida e se impôs um novo estilo para ir ao trabalho, passou a escolher peças que não deixam braços e pernas a mostra. Ela desabafou dizendo que as conversas sobre o abuso, sofrido pelas mulheres não chegam até a chefia, pois: "A diretora não tinha uma postura ética, era machista. Não dava para contar com ela [...]”, relata a professora.

² Entrevista concedida a revista Marie Claire em 21 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com>. Acessado em 25 de abril de 2024.

Diante do exposto percebemos que a mulher tem sofrido todo tipo de violência em vários espaços sociais. A escola que devia combater discursos e atitudes violentas é a mesma que continua fortalecendo a desigualdade entre homens e mulheres, portanto fica difícil pensarmos numa sociedade diferente, onde homens e mulheres ocupem o mesmo espaço com mais respeito e justiça.

Por tudo isso, compreendemos que a mulher deve buscar dar cada vez mais força ao seu discurso de representatividade feminina para poder brigar por espaços socialmente considerado masculino, a mulher deve brigar pelo seu espaço, enfrentando o poder simbólico pelo direito de ser mulher como ela quiser ser, sem ser considerada vulgar ou incapaz, pois não é de hoje que a figura feminina vem sendo depreciada.

Sendo assim, entendemos que há um longo caminho a ser percorrido, a fim de quebrar os paradigmas que insistem colocar a mulher em posição de vulnerabilidade, como sujeito inferior em relação ao homem, passível de sofrer todo tipo de violência pelo simples fato de ser uma mulher.

Neste sentidos, de acordo com Rodrigues (2011, p. 31-32):

Discursos e sujeitos não estão no acaso sócio-histórico, mas demarcando posições no quadro da Instituições seculares. O discurso só pré-existe dentro de um campo que lhe proporciona a existência, chamado de *campo discursivos* (Maingueneau, 1993), que lhe é finito e limitado em suas sequências linguísticas formadas, mas infinito de formulações possíveis, considerando as redes de memórias e os trajetos sociais (Pêcheux, 2002).

Considerações Finais

Secularmente, mulheres lutam por igualdade, respeito e por mais participação feminina na esfera pública, entretanto a sociedade brasileira foi moldada de acordo com os moldes do conservadorismo patriarcal que insistentemente permanece nas instituições sociais, sobretudo na instituição de ensino.

Com isso, houve uma certa idolatria da figura masculina, enquanto a mulher sofre com a violência e a discriminação. É terrível pensar que, mesmo no século XXI, a mulher ainda sofre com o preconceito e violências em todos os âmbitos, principalmente a simbólica que maltrata tanto quanto e permanece escondida por trás de atitudes de falsa proteção.

Todavia, não podemos negar os avanços, principalmente após a luta sufragista, pois as mulheres não só conquistaram o direito do voto e cidadania, mas também conseguiram espaços no mercado de trabalho, bem como alcançaram níveis de escolaridade maiores do que os dos homens. No entanto, apesar de tudo isso ela continua sofrendo violência simbólica no sentido de inferiorização.

Diante disso, analisamos que, apesar de anos de luta e conquista, é necessário reforçar o discurso em defesa dos direitos da mulher na sociedade, pois ainda há muitos desafios sociais a serem enfrentados, contudo, mesmo assim, mulheres lutam para assumir diversos espaços sociais, porque, elas acreditam que somente se colocando em espaço de luta por respeito e dignidade, conseguirão sobreviver em uma sociedade histórica e culturalmente machista, marcada pelo patriarcado estrutural e institucional que sempre fez questão de usar violência e reservar para as mulheres papéis secundários de coadjuvantes.

Todavia, essa não podia ser a realidade da educação, pois a escola precisa ser a instituição capaz de quebrar paradigmas na perspectiva de libertação de homens e mulheres da ignorância e da opressão. Assim, para isso é preciso que a violência simbólica dentro das instituições de ensino seja vista e entendida, acima de tudo discutidas a fim de tornar a sociedade menos injusta e mais igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**, 1970. título original *Ideologie et Apareils Ideologiques d'et at*. © copyright by la pensée tradução de Joaquim José de mouro ramos. Reservados todos os direitos para a língua portuguesa à editorial presença, l.da rua augusto gil, 35-a - 1000 Lisboa.

BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política; Uma Introdução**. 1ª edição: novembro de 2014.

BIROLI, Flávia. FRANÇOLIN, Débora Quintela. **Divisão sexual do trabalho, separação e hierarquização: contribuições para a análise do gênero das democracias**. *POLÍTICA & TRABALHO Revista de Ciências Sociais*, nº 53, 2020.

BOURDIEU, Pierre (1989). **O Poder Simbólico**. Coleção memória e sociedade. Disponível em: <https://nepegeo.páginas.ufsc.br/files>. Acesso em julho de 2023.

BOURDIEU. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CASTAÑEDA, Marina. **Machismo Invisível**. Tradução de Lara Christina de Malimpensa. São Paulo, A Girafa Editora. 2006.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta**. Recife: Massangana, 2010.

FERNANDES. Kátia; Regina. S. **Manifestações da Violência Simbólica Contra as Mulheres no Ambiente Escolar**. Erechim; 2020. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/3947/1/FERNANDES.pdf> acesso, julho de 2023.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. São Paulo: Cortez/ Instituto Paulo Freire, 1995^a

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MAIA. Robson. **Deputada protocolou projeto que prevê capacitação de profissionais e amparo às vítimas de violência na internet**, 2024. Disponível em: <https://esbrasil.com.br>. Acessado em 26 de abril de 2024.

OKIN, Susan Moller. **Gênero, o público e o privado**. Revista Estudo Feminino, Florianópolis, v. 16. Disponível em: <http://bit.ly/publicoeprivado>. Acesso em: 15 de



EDIÇÃO 30 - FEVEREIRO DE 2025
ARTIGO RECEBIDO 10/01/2025
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/01/2025

março de 2024. Tradução Flávia Biroli.

ORLANDI; Eni- **Análise de discurso: princípios e procedimentos**, 6ª edição 2005.

ORLANDI. Eni Puccinelli. E, P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 12º ed. Campinas: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. de Eni Puccinelli Orlandi et al. 2. ed. Campinas-SP: Unicamp, 1995, edição 2014.

RODRIGUES, Marlon Leal. **Introdução ao Estudo da Ideologia que Sustenta o MST**. Dourados-MS: Nicanor Coelho Editor, 2011.

SANTOS. Simone Cabral Marinho. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) 2010 <https://core.ac.uk/download/pdf/233141632.pdf> acesso em 08 de julho de 2023

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. RECUERO, Raquel. Atos de ameaça à face e à conversação em redes sociais na internet. In: PRIMO, Alex (org.). **Interações em Rede**. Porto Alegre: Sulina, v. 1, 2013. p. 51-70. Disponível em: <https://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/605.pdf> Acesso em 21 mai. 2021

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia (1994). **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco.

Para citação:



EDIÇÃO 30 - FEVEREIRO DE 2025
ARTIGO RECEBIDO 10/01/2025
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/01/2025

RODRIGUES, Karla Lopes. O Discurso Sobre a Violência Simbólica Contra A Mulher nas Instituições de Ensino. In: Web-Revista Página de Debate: questões de linguística e de linguagem, Volume 30, ISSN 1984 - 5227, Fevereiro/2025. Pp: 14-30. Consultar no Portal de periódicos científicos da Editora e Livraria Pantanal, <http://ojs.pantanaleditoraelivraria.com.br>